

Executiva peemedebista quer rigor com credores

André Meireles

Em clima de perplexidade e apreensão com a crise econômica, o PMDB se mobiliza por inteiro para influir nas decisões governamentais. A Executiva Nacional do Partido reafirma, hoje pela manhã, seu veto à qualquer política recessiva e dá respaldo político a um endurecimento no tratamento com os credores internacionais. No mesmo horário, todos os coordenadores das bancadas regionais reúnem-se para uma avaliação da situação econômica. Os colégios de líderes na Câmara e no Senado também têm reuniões previstas.

O líder do partido na Câmara, deputado Luiz Henrique, divulgou nota negando taxativamente o apoio do PMDB a qualquer acordo com o FMI «por atentar contra a soberania nacional». O ex-líder Pimenta da Veiga endossou o coro em defesa da suspensão do pagamento da dívida externa. A economista Maria da Conceição Tavares, integrante da Executiva Nacional do partido, denunciou uma «campanha sórdida» feita por empresários e economistas de direita, apresentando a recessão como uma alternativa para a crise.

Inúmeras reuniões entre parlamentares e contatos permanentes com o comando da política econômica mobilizam os constituintes do PMDB. Mesmo assim, a grande maioria se considera desinformada e quer esclarecimentos prévios antes de qualquer medida governamental. Os líderes Carlos Santana e Luiz Henrique já obtiveram o compromisso do ministro Dilson Funaro de não adotar nenhuma medida importante antes da reunião com a bancada do PMDB na Câmara no próximo dia 25.

Funaro encontra-se amanhã com um grupo de deputados selecionados pela liderança do PMDB por seus conhecimentos de economia para mais uma avaliação da crise econômica.

Nota de Luiz Henrique

"Tendo em vista as várias atribuídas ao posicionamento da Liderança do PMDB no que diz respeito ao Fundo Monetário Internacional, tornamos claro o seguinte: em nenhum momento cogitamos recorrer novamente ao FMI nem tampouco submeter as diretrizes de nossa política econômica ao seu monitoramento porque entendemos que tal procedimento atenta contra a soberania nacional. Repudiamos da mesma maneira qualquer tentativa de levar o país a adotar políticas econômicas recessivas porque isso implica, necessariamente, em aumentar a miséria do nosso povo. Defendemos pelo contrário — como temos feito ao longo de nossa vida pública — o desenvolvimento do país como forma privilegiada de promover a política social que o PMDB vem adotando há 21 anos para o Brasil e que visa sobretudo, reduzir as graves desigualdades sociais que dividem os brasileiros".

A economista Maria da Conceição Tavares, antes de se reunir com o deputado Ulysses Guimarães, deu o troco no que considera «uma campanha da direita, apresentando a recessão como alternativa. Eles querem desestabilizar o governo. Deixaram o poder outro dia com uma herança fatídica e já querem voltar».

— E preciso deixar bem claro — acrescentou Conceição — que a recessão além de agravar todos os problemas nacionais, não resolve nem a questão do dinheiro novo. O México foi ao FMI e está esperando há mais de um ano o tal do dinheiro novo. O Equador, apresentado como exemplo pelos credores, suspendeu em novembro o pagamento da dívida. A Costa Rica também. Há uma crise financeira internacional e os bancos norte-americanos não querem dar dinheiro novo.

Conceição, com seu habitual estilo veemente, foi taxativa: «Estou absolutamente segura de que não

haverá nenhuma medida recessiva. Vamos tratar da dívida externa com dureza e autonomia. As taxas de juros serão controladas. Não há nenhuma razão para temer o contrário: o presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, o ministro Dilson Funaro, os governadores e as principais lideranças do PMDB não aceitam uma saída recessiva para o país. Mesmo porque ela não resolve nada».

O PMDB e o governo estão buscando saídas negociadas para a crise econômica. Os outros partidos também querem participar. Daí terem se unido na sessão de ontem da Constituinte na tentativa de convocar Dilson Funaro para um debate com todos os constituintes. Isto criou um problema interno no PMDB, onde há deputados, como Irá já Rodrigues, que defendem a suspensão pela Constituinte do pagamento da dívida externa.

Ida de Funaro é contestada em plenário

Um requerimento assinado pelas lideranças de oito pequenos partidos, convocando o ministro Dilson Funaro, foi transformado ontem, na mais concreta e enérgica ação dos constituintes que reclamam a soberania da Assembleia.

O requerimento também desfechou um processo de contestação da existência da liderança do PMDB na Constituinte e um movimento pela convocação extraordinária da bancada desse partido. O encontro da bancada serviria para definir o comportamento que os peemedebistas devem adotar diante da «hesitação, marasmo e ambigüidade» que vem caracterizando a atuação do PMDB, segundo o texto de convocação da reunião.

No encaminhamento do requerimento das lideranças — iniciativa do líder do PDT, Brandão Monteiro — a presença do ministro da Fazenda no plenário da Assembleia foi apontada por vários parlamentares como uma preliminar da própria capacidade da Assembleia para decidir sobre a sua soberania. A discussão do requerimento ocorreu na parte final da sessão de ontem e não houve decisão sobre a matéria porque o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, preferiu adiá-la para hoje, apesar de um pedido de prorrogação da sessão.

O vice-líder do PMDB na Câmara, João Hermann, sustentou que a presença do ministro na Constituinte representaria uma «intromissão do governo» na Assembleia e, por isso mesmo, «um precedente com conseqüências graves». Hermann foi contraditado pela sua correligionária Rosa de Freitas (ES), que começou por observar que o PMDB ainda não decidiu se teria ou não um líder na Constituinte, razão pela qual não reconhecia a manifestação de Hermann como uma posição partidária. Minutos depois outro peemedebista — Agassiz Almeida, da Paraíba — também questionou a legitimidade de Hermann para falar em nome do partido na Constituinte.

Sob o enfoque da soberania da Assembleia encaminharam ainda o requerimento os deputados Haroldo Lima, líder do PC do B; Roberto Freire, líder do PCB; José Genoino, vice-líder do PT; e Luiz Alfredo Salomão, do PDT, e Sandra Cavalcante, do PFL. O líder do PTB, Gastone Righi, declarou-se contra o requerimento, alegando que a Constituinte só tem poderes para elaborar a nova Constituição.

Nos termos do requerimento, Funaro compareceria à Constituinte, no próximo dia 25, das 9 às 13 horas, para falar sobre o encaminhamento das negociações da dívida externa; situação das reservas cambiais; dívida interna, inflação, juros e sobre as propostas que o governo tem para debelar «a grave crise econômica brasileira sem afetar emprego e salário».

O ministro, ainda de acordo com o requerimento, falaria durante 60 minutos. Em seguida, os constituintes interpeariam Funaro durante duas horas, «reservando-se os minutos finais para as lideranças dos partidos».

Partido se arma contra pequenos

Surpreendido pelo movimento dos pequenos partidos em plenário, o PMDB já armou sua contra-ofensiva: o deputado Ulysses Guimarães reúne-se hoje pela manhã com os coordenadores de todas as bancadas estaduais do partido, buscando respaldo para a rejeição do requerimento de convocação do ministro Dilson Funaro pela Constituinte. A intenção de Ulysses, acertada em reunião com os deputados Carlos Santanna, Luiz Henrique e João Herrmann, é de transferir a convocação para a Câmara dos Deputados, a ser instalada em 1º de março. Em nenhuma hipótese, segundo Luiz Henrique, Funaro comparecerá ao Congresso antes da reunião na próxima quarta-feira com a bancada do PMDB.

Depois da reunião com Ulysses, Luiz Henrique reuniu seu colégio de líderes, definindo que o PMDB não abrirá mão de seu espaço na discussão e definição dos rumos econômicos. Em seguida, acompanhado dos deputados Miro Teixeira e João Herrmann, seguiu para o Ministério da Fazenda para uma conversa com Dilson Funaro. Na reunião com seu colégio de líderes, ficou claro que muitos deputados do PMDB são favoráveis à convocação pela Constituinte, afirmando sua soberania.

A cúpula do PMDB, contudo, se sentiu golpeada pelos oito partidos. Luiz Henrique assegurou à noite que seu partido não abre mão do papel que vem desempenhando para solução da crise econômica e não admite a convocação de Funaro sem regras para isto. Ele aceita duas hipóteses: a convocação pela Câmara dos Deputados ou pela própria Constituinte após a fixação de regras em seu regimento interno. (A.M.)

Senadores levam apoio do PFL ao Presidente

A bancada do Senado do Partido da Frente Liberal esteve ontem com o presidente Sarney para manifestar confiança na política econômica do Presidente e apresentar propostas para as correções da política econômica. O apoio chegou 24 horas depois de o portavoiz da Presidência, Frota Neto, ter transmitido o recado de Sarney à Aliança Democrática, no qual, o Presidente da República reiterou sua fidelidade aos ideais da Nova República, mas exigindo reciprocidade de seus integrantes.

A pressa em demonstrar confiança na política do Presidente da República impediu que os senadores levassem propostas por escrito. Segundo informações do senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, essa demonstração de apoio estava decidida há uma semana, «mas houve um problema prosaico: a datilografia». Disse ele ainda que nenhum economista participou da elaboração da proposta. Apenas senadores.

Na questão do pagamento da dívida externa, os senadores propõem o pagamento de acordo com o balanço comercial ou o PIB, sugerem também uma taxa maior sobre os ganhos do capital, reduzindo a taxa nos ganhos dos assalariados. A proposta sugere ainda um disciplinamento dos gastos governamentais. Depois de apresentar oralmente as propostas, o senador Chiarelli informou que o Presidente está disposto a tomar medidas econômicas «depois de consultar os partidos que o apóiam».

afirmando ainda que a decisão de apresentar apoio foi adotada porque o partido tem «propósito de definir sua identidade».

Embora os senadores tenham apresentado sua manifestação de confiança na estratégia do Governo em negociar a dívida externa e conduzir a política interna, o presidente Sarney detectou sinais de inquietude na bancada da Câmara Federal, onde 50% dos eleitos estão dispostos a abandonar o governo e os cargos ocupados pelo partido no primeiro escalão. Essa rebelião é entendida pelo presidente Sarney como uma forma do PFL obrigar o PMDB a assumir de fato o governo. Sarney acredita na possibilidade de manter a união entre PMDB e PFL, mesmo sabendo que a ala minoritária da Aliança Democrática esteja «cansada de estar a reboque do PMDB, suportando apenas os ônus das derrotas».



Sarney ouviu as propostas da bancada pefelista

Bancada de S. Paulo exige debate prévio

A bancada do PMDB de São Paulo na Assembleia Constituinte exigiu, ontem, do presidente nacional do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, debate prévio das medidas econômicas, sob pena de se recusar a apoiá-las. A exigência foi apresentada durante reunião-almoo dos constituintes do PMDB paulista na residência oficial do presidente da Câmara.

Afirmaram, também, que qualquer desgaste do governo Sarney em questões sociais e econômicas atingirá, diretamente, o PMDB, o maior partido situacionista e, em conseqüência, a seção paulista do PMDB não poderá evitar a repercussão.